



GUIA DE TERRITORIALIZAÇÃO E INTEGRAÇÃO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



**Coletânea
Territorialização dos ODS**

SEU MUNICÍPIO AJUDANDO A TRANSFORMAR O MUNDO





Coletânea Territorialização dos ODS

SEU MUNICÍPIO AJUDANDO A TRANSFORMAR O MUNDO

1

GUIA DE TERRITORIALIZAÇÃO E INTEGRAÇÃO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



*Guia de Territorialização e Integração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável/ [Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento]. -- Brasília : PNUD, 2021.
64 p. – (Coletânea Territorialização dos ODS: Seu município ajudando a transformar o mundo).*

Bibliografia

ISBN 978-85-88201-60-6

1. Agenda 2030 para desenvolvimento sustentável
2. Desenvolvimento sustentável
3. Desenvolvimento territorial

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - BRASIL

© PNUD 2021



Esta publicação está disponível em acesso livre ao abrigo da licença Atribuição-Uso Não-Comercial-Partilha 3.0 IGO (CC - BY - NC - SA 3.0 IGO) (<http://creativecommons.org/licenses/bync-sa/3.0/igo>). Ao utilizar o conteúdo da presente publicação, os usuários aceitam os termos de uso do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

Katyna Argueta

Representante Residente

Carlos Arboleda

Representante Residente Adjunto

Maristela Marques Baioni

Representante Residente Assistente

PARCERIA

Petrobras

COORDENAÇÃO

Ieva Lazareviciute

Coordenadora da Unidade de Cooperação Descentralizada – PNUD Brasil

ORGANIZAÇÃO

Giane Boselli

Gerente de Projetos da Unidade de Cooperação Descentralizada – PNUD Brasil

PESQUISA E TEXTOS

Giane Boselli, Bruna Pegna Hercog e Marialina Côgo Antolini

COLABORAÇÃO

Elizabeth Fillizola, Gabriela Nicolau e Talita Aquino

REVISÃO TÉCNICA

Ieva Lazareviciute – PNUD Brasil

DIAGRAMAÇÃO

Sense Design & Comunicação

REVISÃO ORTOGRÁFICA

Aurélia Hespanhol

FOTOGRAFIA DE CAPA

Rafael Martins

PREFÁCIO

A Coletânea *Territorialização dos ODS: Seu Município Ajudando a Transformar o Mundo* é fruto do Projeto Territorialização e Aceleração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, implementado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD|Brasil), em parceria com a Petrobras, de 2019 a 2021.

A aprovação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) por 193 países membros na 70ª Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em 2015, tratou-se de uma iniciativa global voltada ao desenvolvimento econômico, social e ambiental das nações signatárias. Os ODS se organizam em torno de 17 objetivos e 169 metas específicas a serem atingidos até 2030.

Para que os países alcancem os ODS até 2030, é necessário o engajamento dos governos nacionais e subnacionais (estaduais e municipais), assim como da sociedade civil e da iniciativa privada. As cidades têm uma importância central neste contexto – são os territórios onde as pessoas vivem, estudam e trabalham, onde as empresas produzem e prestam serviços, e onde o setor público arrecada tributos e presta serviços. O contexto local pode potencializar a implementação da Agenda 2030 de maneira concreta e eficiente para cidadãs e cidadãos, levando os ODS para a realidade cotidiana das pessoas.

Diante deste desafio, a Petrobras e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) se uniram para a promoção da territorialização dos ODS em 116 cidades impactadas direta ou indiretamente pela cadeia de exploração, transformação e refino de petróleo e gás, localizadas em 14 estados (AM, CE, RN, PE, PB, AL, BA, MG, ES, RJ, SP, PR, SC e RS). O projeto “Territorialização e Ace-



leração dos ODS” trabalhou intensamente para promover a formação cidadã e a ampliação das capacidades de atores locais para que planejem as ações dos governos municipais, das organizações da sociedade civil e do setor privado de forma alinhada e voltada ao alcance das principais metas previstas na Agenda 2030.

Com as 4 turmas do curso online *“Integrando a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”*, foram certificadas 5.107 pessoas de todo o país. No decorrer das turmas, foram realizadas 16 lives temáticas, que contaram com 17.300 acessos. O Programa Presencial de Capacitação em Territorialização dos ODS, curso mais aprofundado de 40 horas, foi ministrado para 28 municípios demonstrativos e certificou 259 Multiplicadores ODS. Esses grupos de multiplicadores se ampliaram, receberam assessoria técnica do PNUD e elaboraram cerca de 120 projetos voltados ao desenvolvimento sustentável de seus municípios. Também houve um curso específico para OSCs de todo o país – *“Alinhamento de Práticas de Organizações da Sociedade Civil aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”* – que alcançou um público de 785 participantes e forneceu orientações práticas de como alinhar projetos aos ODS e inovar para contribuir com o alcance de suas metas até 2030.

Além disso, foram elaborados 116 *Diagnósticos Situacionais de Indicadores ODS* e 116 *Avaliações Rápidas Integradas* do PPA 2018-2021 de todos os municípios contemplados, no intuito de subsidiar as gestões municipais e outros setores locais no alinhamento de políticas e projetos à Agenda 2030. Para a explanação desses dados junto às populações locais, foram realizados 73 webinars, que contaram com a participação de 2.843 pessoas. Ao todo, o projeto alcançou diretamente um público de cerca de 20 mil pessoas.

Um outro fruto desta experiência é esta *Coletânea Territorialização dos ODS: Seu município ajudando a transformar o mundo*, que tem como objetivo auxiliar os municípios a implementarem a Agenda 2030 e transformarem-se em locais menos desiguais e com maior qualidade de vida. São materiais com foco nos gestores públicos,



privados e do terceiro setor, que trazem um passo a passo simples e direto para que seu município alcance as metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. As orientações e metodologias apresentadas nestes quatro livros foram geradas a partir de uma série de trabalhos que o PNUD vem desenvolvendo em cerca de 170 países na promoção da Agenda 2030 em âmbito global, nacional e local, para alcançarmos um futuro melhor, sem deixar ninguém para trás.

Desejamos uma excelente leitura a todas e todos, bem como nossos votos de que estes guias sejam muito úteis na promoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em cada município deste país.

Katyna Argueta

**Representante Residente
Programa das Nações Unidas
para o Desenvolvimento - Brasil**

Olinta Cardoso

**Gerente Executiva de
Responsabilidade Social
da Petrobras**

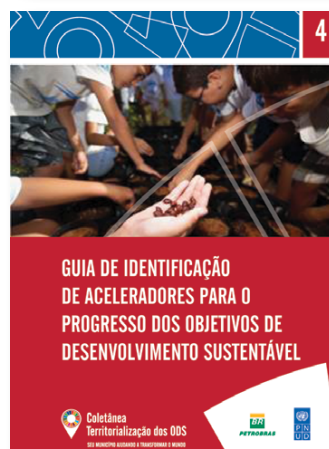
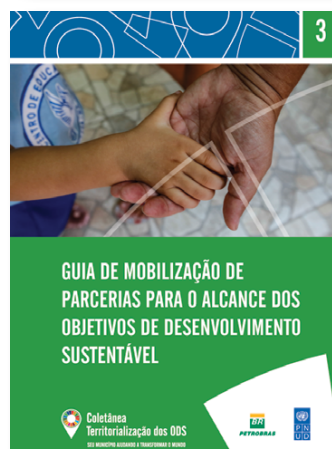
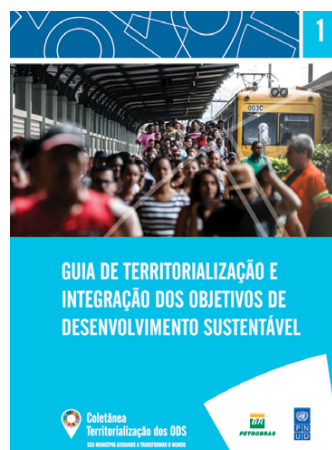
SUMÁRIO

8	APRESENTAÇÃO
10	AGENDA 2030 E OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
17	O QUE É TERRITORIALIZAÇÃO E INTEGRAÇÃO DOS ODS
20	POR QUE TERRITORIALIZAR OS ODS?
24	MAS, AFINAL, O QUE É UMA ABORDAGEM INTEGRADA?
25	QUAIS SÃO OS BENEFÍCIOS DA INTEGRAÇÃO DOS ODS NO ÂMBITO LOCAL?
28	COMO TERRITORIALIZAR E INTEGRAR OS ODS NO MUNICÍPIO
29	PASSO 1: REALIZE O DIAGNÓSTICO DA REALIDADE LOCAL
33	PASSO 2: ALINHE OS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO AOS ODS
49	PASSO 3: SENSIBILIZE E DEFENDA A IDEIA JUNTO À POPULAÇÃO
53	PASSO 4: CONSTRUA MECANISMOS DE GOVERNANÇA
55	PASSO 5: MONITORE E AVALIE
62	PARA LEMBRAR NA HORA DE COLOCAR EM PRÁTICA
64	REFERÊNCIAS

APRESENTAÇÃO

A *Coletânea Territorialização dos ODS: Seu Município Ajudando a Transformar o Mundo* tem como objetivo auxiliar os municípios em todo o Brasil a implementarem a Agenda 2030, transformando suas cidades em locais menos desiguais e com maior qualidade de vida. São materiais com foco nos gestores públicos, privados e do terceiro setor, ou seja, em todos os atores sociais com atuação nos municípios brasileiros, que trazem um passo a passo simples e direto para o alcance das metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em nível local!

A Coletânea é composta por 4 Guias:



Guia de Territorialização e Integração dos ODS

O Guia de Territorialização e Integração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) foi produzido com o objetivo de auxiliar os municípios na implementação de ações locais voltadas para as diferentes dimensões do desenvolvimento, respeitando as peculiaridades e necessidades de cada território, de forma alinhada à Agenda 2030 e aos 17 ODS.

Para garantir a efetivação dos 17 ODS e suas 169 Metas voltadas à erradicação da pobreza e à promoção de vida digna para todas e todos, é preciso garantir que os municípios também trabalhem para o desenvolvimento local inclusivo, ambientalmente sustentável, com diversificação produtiva e, principalmente, que os benefícios do desenvolvimento sejam uma realidade para todas as pessoas, especialmente para aquelas mais vulneráveis.

Por isso, é importante contemplar a territorialização e a integração dos ODS nos planejamentos locais. Nesta publicação, você vai compreender um pouco mais sobre como o seu município pode fazer isso. Este Guia apresenta alguns caminhos, estratégias e metodologias possíveis para que os ODS sejam concretizados na prática, fortalecendo a integração econômica, social e ambiental e o desenvolvimento sustentável em nível subnacional.

Desejamos a todas e todos uma ótima leitura!



AGENDA 2030 E OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A Agenda 2030 é um plano de ação para as pessoas, o planeta e a prosperidade, que busca fortalecer a paz universal. O plano tem 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas para erradicar a pobreza e promover vida digna para todas e todos. São objetivos e metas a serem adotados pelos países, de acordo com suas próprias prioridades, atuando no espírito de uma parceria global para preservar o planeta e melhorar a vida das pessoas agora e no futuro.

Em 2015, ao adotarem o documento “Transformando o Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, da Organização das Nações Unidas, as nações se comprometeram a tomar medidas ousadas e transformadoras para promover o desenvolvimento sustentável nos próximos 15 anos sem deixar ninguém para trás. O Brasil foi um dos primeiros signatários deste instrumento internacional e se comprometeu a alcançar os 17 ODS até 2030.

O desenvolvimento sustentável é o avanço capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações. Esse trabalho resulta de ações coordenadas que não esgotam os recursos para o futuro e promovem o desenvolvimento sem deixar ninguém para trás. Os 17 Objetivos traçados na Agenda 2030 buscam erradicar a pobreza e promover uma vida digna para a população mundial, dentro dos limites do planeta, de uma forma que integra o crescimento econômico, a justiça social e a sustentabilidade ambiental.

Os ODS reconhecem, basicamente, três princípios fundamentais:



Universalidade – A Agenda é aplicável para todas as tipologias de países, não apenas para países em desenvolvimento. Os ODS levam em consideração a possibilidade de abordagens nacionais adaptadas e diferenciadas para a implementação do que é visto como uma responsabilidade comum e coletiva.



Abordagem integrada – A Agenda 2030 evidencia que não é suficiente tentar alcançar os Objetivos um a um, de forma separada. Eles requerem uma abordagem integrada, a partir de ações que trarão resultados combinados, influenciando mais de um ODS. Assim, é necessária uma abordagem integrada e coerência política para um planejamento colaborativo e intersetorial.



Não deixar ninguém para trás – A Agenda 2030 incorpora fortemente a ideia de ninguém ser deixado para trás, e isso é expresso em vários objetivos e metas que buscam um alcance universal (por exemplo, metas zero: erradicar a extrema pobreza, erradicar a fome; promover uso sistemático de dados desagregados por categorias; praticar abordagem baseada na qualidade dos resultados; e elaborar quadros normativos).

A ideia também é propor um espírito de parceria e pragmatismo que leve a escolhas certas para melhorar a qualidade de vida desta e das futuras gerações, garantindo ao mesmo tempo a conservação e a preservação do planeta. A Agenda 2030 oferece orientações objetivas e metas que podem ser adaptadas por todos os países de acordo com suas prioridades e de modo a combater as raízes da pobreza de uma forma holística, agregando ações em 17 áreas nas quais é possível promover um presente e um futuro melhor.

1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA 	Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares
2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL 	Acabar com a fome, alcançar segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável
3 SAÚDE E BEM-ESTAR 	Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades

4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE 	Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos
5 IGUALDADE DE GÊNERO 	Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas
6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO 	Assegurar a disponibilidade e a gestão sustentável da água e saneamento para todos
7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL 	Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos
8 TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO 	Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho decente para todos
9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA 	Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação
10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES 	Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles
11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS 	Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis
12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS 	Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis
13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA 	Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos

14 VIDA NA ÁGUA 	Conservar e promover o uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável
15 VIDA TERRESTRE 	Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade
16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES 	Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis
17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO 	Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável

Os 17 Objetivos são interligados de modo que o alcance de um ODS Influencie diretamente a outros. Combater os efeitos adversos da mudança do clima traz consequências diretas na forma de gerenciamento dos recursos naturais. Alcançar a igualdade de gênero e melhorar a saúde ajuda a erradicar a pobreza. Fomentar a paz e promover sociedades inclusivas contribui para a redução das desigualdades e para a prosperidade econômica.

Os ODS também mesclam, de forma equilibrada, as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental. São como um plano de trabalho que pode ser utilizado por governos nacionais e subnacionais (estaduais e municipais), organizações da sociedade civil, setor privado e todos os cidadãos e cidadãs em uma jornada coletiva para um 2030 sustentável.

A Agenda 2030 e os 17 ODS orientam e estimulam ações em áreas de importância crucial para a humanidade: Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parcerias. Esses eixos são áreas de importância fundamental para as pessoas e para o planeta.



MISSÃO DO PNUD BRASIL COM A AGENDA 2030

Os ODS entraram em vigor em janeiro de 2016 e continuarão a guiar as políticas e as ações do PNUD nos próximos anos. Como a agência líder da ONU para o desenvolvimento, o PNUD tem uma posição única para apoiar os parceiros interessados na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável por meio do trabalho que desenvolve em 170 países e territórios.

Desde a entrada em vigor da Agenda 2030, o PNUD Brasil vem desenvolvendo sua cooperação em torno de eixos prioritários previstos no seu Programa de País para o Ciclo 2017-2021. Esse plano estratégico enfoca áreas-chave como a diminuição da pobreza, a governança democrática, a construção da paz, a resiliência, a inclusão social, a mudança do clima, a mitigação de riscos de desastres e a desigualdade social.

O PNUD fornece, em diversos países, suporte para governos integrarem os ODS em seus planos e políticas nacionais e subnacionais de desenvolvimento. Esse trabalho está em curso desde 2015 e muitos governos, organizações da sociedade civil, universidades e setor privado estão trabalhando na aceleração do progresso rumo ao alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Com um trabalho transversal em múltiplos objetivos, o PNUD tem adquirido uma vasta e comprovada experiência a fim de contribuir para o alcance das metas dos ODS até 2030. Para tanto, não trabalhamos sozinhos. Promover o desenvolvimento requer a parceria com governos, setor privado, meio acadêmico e sociedade civil organizada. Cada um desses atores, no âmbito de suas funções e potencialidades, pode fazer a sua parte para garantir um futuro sustentável, sem deixar ninguém para trás.



FICA A DICA!

Clique [aqui](#) e conheça a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.



O QUE É TERRITORIALIZAÇÃO E INTEGRAÇÃO DOS ODS

A efetivação dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e suas 169 metas é um compromisso global. Mas é no âmbito local que os problemas são vivenciados e, também, é onde as soluções podem ser construídas. E como os territórios podem responder da melhor forma possível aos grandes desafios contemporâneos? Quais são os caminhos? Como integrar ações, atores sociais, políticas? Como se apropriar dos ODS e construir cidades, estados e países mais sustentáveis?

Encontrar respostas a essas e tantas outras perguntas é o desafio do processo conhecido como territorialização. Territorializar e integrar os ODS significa levar a Agenda 2030 e os caminhos do desenvolvimento sustentável para os estados, municípios e bairros que mais precisam, para que passem a implementar ações locais voltadas às diferentes dimensões do desenvolvimento, respeitando as peculiaridades e as necessidades de cada território. Territorializar, portanto, é contribuir para o alcance dos ODS “de baixo para cima”.

Afinal, a promoção do desenvolvimento econômico, social e ambiental não é uma responsabilidade apenas do governo federal. Os entes subnacionais podem integrar os ODS em seus planos de governo (Plano Plurianual, Planos Setoriais, Plano Diretor, entre outros), assim como o terceiro setor e as empresas também podem alinhar os seus trabalhos com as Metas previstas na Agenda 2030.



SAIBA MAIS!

Entes subnacionais são divisões administrativas de um país, a exemplo dos estados e municípios.

Todas e todos podem contribuir para o crescimento local inclusivo, ambientalmente sustentável, com diversificação produtiva, fortalecimento industrial, aumento de produtividade e, sobretudo, garantir que os benefícios do desenvolvimento sejam uma realidade para todas as pessoas, especialmente para aquelas mais vulneráveis.



SAIBA MAIS!

Desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento capaz de atender às necessidades da geração atual sem prejudicar a capacidade das futuras gerações de satisfazerem as suas necessidades. Com a Agenda 2030, esse conceito se ampliou na prática, deixou de englobar apenas a área ambiental e passou a incluir também ações para o desenvolvimento social e econômico. Ou seja, passou a ser visto de forma holística, para que os países cresçam de forma plena e também sustentada, sem deixar ninguém pra trás. O conceito surgiu na Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1987, criada pelas Nações Unidas para discutir e propor meios de harmonizar o desenvolvimento econômico e a conservação ambiental. Para haver desenvolvimento, é preciso ter equilíbrio entre as dimensões econômica, ambiental e social.

Fonte: Guia para Integração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nos Municípios Brasileiros (PNUD/CNM, 2017).

POR QUE TERRITORIALIZAR OS ODS

O PNUD vem apoiando os países, estados e municípios na tarefa de implementação da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, bem como na compreensão do conceito de “não deixar ninguém pra trás”. Mas por que é preciso territorializar e integrar esse documento em nível local?

Um exemplo muito simples pode ajudar a responder essa pergunta: olhando para a taxa nacional de mortalidade infantil, conclui-se que o Brasil já alcançou a Meta 3.2 do ODS 3 (reduzir a mortalidade de crianças menores de 5 anos para pelo menos até 25 por 1 mil nascidos vivos até 2030), pois a taxa nacional ficou em 11,56 óbitos a cada 1 mil nascidos vivos em 2020. No entanto, olhando no âmbito estadual, a situação é um pouco diferente, pois alguns estados ainda não alcançaram essa meta. Aprofundando mais, para o nível do município, nota-se uma distância ainda maior da taxa nacional. Ou seja, centenas de municípios ainda estão longe de alcançar essa meta.

O mesmo acontece com o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M). Enquanto o IDH do Brasil é alto, ainda existem centenas de municípios com IDH considerado muito baixo. Essas discrepâncias e distorções podem ser vistas até mesmo dentro de uma mesma cidade, que pode ter bairros com alto IDH ao lado de bairros periféricos com IDH baixíssimo.



SAIBA MAIS!

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida comparativa usada para classificar os países pelo seu grau de desenvolvimento humano e para ajudar a classificar os países como desenvolvidos, em desenvolvimento e subdesenvolvidos. Para acompanhar o desenvolvimento dos municípios, foi criado o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M). Acesse o portal do Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil (<http://www.atlasbrasil.org.br/>) e conheça o IDH-M do seu município.

Essas diferenças mostram a necessidade de que o trabalho voltado para o desenvolvimento seja localizado, integrado, adaptado e traduzido para o contexto local. Quanto mais localizadas e mais desagregadas forem as informações e indicadores, mais fácil ficará a identificação de áreas e territórios que mais precisam de apoio e soluções. É por esses fatores que é preciso territorializar a Agenda 2030, pois não se pode pensar apenas na média nacional, mas realmente chegar até aquela cidade e aquele bairro que mais precisam encontrar caminhos para alcançar as 169 metas de desenvolvimento sustentável.

Para que seja possível trabalhar a territorialização e a integração, é preciso não só desagregar indicadores, mas também fortalecer as capacidades dos gestores governamentais, bem como atores da sociedade civil e do setor privado, para identificar necessidades e orientar o planejamento de políticas e projetos que contribuam de forma concreta e eficaz para alcançar as metas da Agenda. A parceria entre diversos setores também é essencial para que as ações aconteçam de forma integrada e eficaz.



SAIBA MAIS!

“Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.” É o que diz o ODS 11. Ele é o eixo central do processo de territorialização. Associar o ODS 11 às dimensões urbanas dos outros 16 objetivos é uma parte essencial da territorialização dos ODS. E para entender melhor o ODS 11, veja também a Nova Agenda Urbana em: <http://uploads.habitat3.org/hb3/NUA-Portuguese-Brazil.pdf>



PNUD INDICA!

Conheça melhor o ODS 11 e suas dez metas, clicando aqui: <http://www.agenda2030.com.br/ods/11/>

Outro aspecto importante da territorialização é que ela também pode ter uma abordagem territorial, ou seja, possibilita um olhar mais amplo do que a perspectiva da municipalização. Um território pode ser maior ou menor do que um município e pode, também, agregar mais de um município. Pode ser uma microrregião, um aglomerado, uma região metropolitana ou até mesmo um estado. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas, das relações sociais, das relações de poder.

Assim, a abordagem territorial permite também olhar um conjunto de municípios com realidades e problemas em comum. Isso possibilita que as soluções também sejam pensadas de forma microrregional, gerando racionalização dos recursos investidos e ampliação do alcance das ações realizadas.

Por isso, para garantir a territorialização e a aceleração dos ODS para o cumprimento das metas da Agenda 2030, é fundamental fortalecer as capacidades locais, gerando engajamento e ações específicas, com respeito à realidade de cada lugar. A localização ou territorialização refere-se tanto à forma como os governos locais e regionais podem apoiar a realização dos ODS por meio de ações “de baixo para cima”, quanto a forma como os ODS podem contribuir para estruturar uma política de desenvolvimento local.



Leia Mais sobre aceleração dos ODS no **Guia de Identificação de Aceleradores**, que integra esta Coletânea.



FICA A DICA!

Os governos locais devem ser proativos e resistir a abordagens vindas “de cima para baixo”. É fundamental que as especificidades, prioridades e expectativas locais determinem as estratégias de atuação.



FICA A DICA!

Os governos locais e estaduais são os que estão mais próximos da população e, por isso, também podem assumir o papel de **comunicar à população** e contribuir para que as pessoas conheçam os ODS e compreendam a importância deles para a melhoria das condições de vida de todas e todos.

MAS, AFINAL, O QUE É UMA ABORDAGEM INTEGRADA?

Uma abordagem integrada propicia um equilíbrio entre as três dimensões de desenvolvimento sustentável – social, econômico e ambiental ou por meio dos 5Ps (Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parceria) – e encoraja a colaboração intersetorial. Pode seguir diferentes caminhos e tomar distintos formatos dependendo de recursos, capacidades e sistemas de governo.

Para adotar a abordagem integrada na implementação dos ODS, é importante buscar respostas coletivas a algumas questões centrais:

- ✓ Como integrar os ODS no planejamento e tomada de decisão em todos os níveis, equilibrando as dimensões econômica, social e ambiental?
- ✓ Como os ODS podem ser integrados dentro das estratégias e políticas locais de forma conectada, evitando a fragmentação?
- ✓ Quais são as oportunidades e barreiras para a integração das três dimensões do desenvolvimento sustentável nos níveis local e regional?
- ✓ Como promover uma abordagem sistêmica para implementação dos ODS e escapar da tradicional abordagem objetivo por objetivo ou meta por meta?

Certamente, não são caminhos fáceis, porém, apostar na integração das políticas, setores e atores sociais é rota segura para garantir o desenvolvimento local sustentável. O grande desafio, portanto, é criar arranjos adequados para a facilitação da integração de políticas entre níveis e setores de governo, rompendo, assim, com as caixas funcionais e as agendas fragmentadas que costumam predominar na gestão pública.

Uma abordagem integrada exige a aproximação de políticas setoriais e intersetoriais. A integração de políticas não exige a substi-

tuição do planejamento setorial, mas a aproximação de políticas setoriais e intersetoriais como complementares umas às outras. A abordagem integrada possibilita identificar os grupos de pessoas de forma combinada e permite também a racionalização do investimento sem duplicação do trabalho. Recursos circulam entre os setores, assim como a maioria dos caminhos de implementação. Por isso, uma abordagem integrada efetiva pode maximizar o uso de recursos limitados.



COM A PALAVRA!

“É fundamental contar com o envolvimento de secretarias e servidores estratégicos, com compromisso real com a Agenda 2030 e com a visão de desenvolvimento sustentável difundido por ela, entendendo que este compromisso não é para o futuro, mas, para agora.”

Simone Battestin, Gerente Operacional de Desenvolvimento Rural e Abastecimento da Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento de Anchieta/ES (município participante do Projeto PNUD/Petrobras)

QUAIS SÃO OS BENEFÍCIOS DA INCORPORAÇÃO DOS ODS NO ÂMBITO LOCAL?

E o que os municípios têm a ganhar? Confira alguns benefícios que a incorporação dos ODS no âmbito local podem trazer:

- ✔ Fortalecimento das capacidades dos atores locais para implementar ações alinhadas aos objetivos globais e aceleração do desenvolvimento de forma sustentável, focalizando na solução dos principais problemas locais;

- ✓ Integração das políticas e projetos locais com resultados efetivos voltados à erradicação da pobreza, ao crescimento econômico inclusivo e à proteção ambiental, com foco nas metas previstas para serem alcançadas até 2030;
- ✓ Realização de ações de impacto para “não deixar ninguém para trás” e evolução dos indicadores sociais, econômicos e ambientais do município ou território;
- ✓ Concretização de uma governança local eficaz que garanta a inclusão de diferentes setores e atores sociais locais nessa jornada, criando engajamento, compromisso e participação social.



COM A PALAVRA!

“A territorialização é fundamental para que possamos nos apropriar dos indicadores e das metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. O apoio do PNUD e da Petrobras, sem dúvida, fará grande diferença aqui para a cidade e para a região. Temos um plano de governo com metas e indicadores. Essa iniciativa contribuirá para aprimorarmos nosso planejamento.”

Felício Ramuth, prefeito de São José dos Campos/SP (município participante do Projeto PNUD/Petrobras)

TOME NOTA

- ✓ Territorializar os ODS é promover a Agenda 2030 por meio da implementação de ações locais voltadas para as diferentes realidades econômicas, sociais e ambientais, respeitando as peculiaridades e necessidades de cada cidade ou território.
- ✓ A territorialização mostra a necessidade do trabalho direcionado para o desenvolvimento de forma localizada, integrada, adaptada e traduzida para o contexto local.
- ✓ É imprescindível que haja um processo de fortalecimento das capacidades locais, capacitação e articulação dos diferentes atores de diversos setores para que as ações implementadas sejam eficientes e contribuam para o alcance dos 17 ODS.
- ✓ Para garantir o desenvolvimento integral do território, é preciso transformar diferenças culturais em potencialidades.
- ✓ A abordagem territorial permite também olhar um conjunto de municípios com realidades comuns, acessar as raízes dos problemas e buscar soluções conjuntas, racionalizando gastos e ampliando o alcance das ações.



COMO TERRITORIALIZAR E INTEGRAR OS ODS NO MUNICÍPIO

Existem diversas formas de integrar e promover os ODS em âmbito local. A leitura dos 17 Objetivos e de suas 169 metas mostra que ali existem tarefas para todas e todos, sejam indivíduos, empresas, prefeituras, organizações não governamentais, universidades, associações de bairro, câmara de vereadores, sistema de justiça, entre outros setores. E é no planejamento municipal que essa força-tarefa precisa ficar evidente!

INTEGRANDO OS ODS NOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO MUNICIPAL

Para começar, é importante lembrar que incorporar os ODS na gestão municipal não se trata de uma simples alocação das logomarcas coloridas dos 17 Objetivos nos planos municipais e atividades da prefeitura. O trabalho é mais complexo, mas trará resultados muito mais eficientes.

Apesar de não haver uma “receita pronta” para garantir a territorialização e integração para a promoção dos ODS nos municípios, alguns passos podem contribuir com esse processo. Abaixo, seguem alguns caminhos possíveis. Lembre-se de que todos os passos estão interligados e devem acontecer simultaneamente!

PASSO
1

REALIZE O DIAGNÓSTICO DA REALIDADE LOCAL

O primeiro passo para iniciar este trabalho e realmente contribuir para o alcance das metas ODS é levantar informações e indicadores do município e avaliar o quanto falta para alcançá-las. Muitas vezes, o município já alcançou várias metas, o que permite a adequação delas para um novo patamar que ainda exige mais trabalho.

No ***Guia de Elaboração de Diagnósticos Situacionais Municipais de Indicadores ODS***, que integra esta Coletânea, é possível compreender a importância e aprender a fazer o levantamento de informações e indicadores de um município para apoiar a tomada de decisão local e avaliar o quanto o município ainda precisa trabalhar para alcançar muitas das metas previstas na Agenda 2030. Levantar dados mostra fragilidades, fortalezas e aponta caminhos que precisam ser trabalhados com mais afinco por todos os setores.



Leia Mais no **Guia de Elaboração de Diagnósticos Situacionais Municipais de Indicadores ODS**, que integra essa Coletânea.

Os diagnósticos de indicadores ODS são fundamentais para sistematizar informações e dados que ajudam a identificar lacunas e problemas da localidade. A maioria das 169 metas pode ter seu alcance medido por meio de dados estatísticos. Por exemplo, para medirmos a evolução da mortalidade materna em um município (**Meta 3.1 do ODS 3**), é preciso estabelecer um instrumento que permita quantificar o evento – taxa de mortalidade materna – e compará-lo temporalmente ou com outras localidades. Nesse caso, o indicador é uma razão entre o número de óbitos maternos por 100 mil nascidos vivos, em determinado local e ano. A **Meta 3.1** prevê que os países, até 2030, estejam no máximo com 70 mortes maternas a cada 100 mil nascidos vivos. Qual foi a evolução da taxa de mortalidade materna do seu município nos últimos 10 anos? Já está abaixo do que prescreve a **Meta 3.1**? Se já estiver abaixo, será necessário diminuir ainda mais essa

meta no Plano Plurianual, para que chegue em 2030 com o menor indicador possível.

Veja abaixo alguns exemplos de metas e indicadores de monitoramento que podem ser medidos em nível municipal:



Acabar com a fome, alcançar segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável

META 2.2

Até 2030, acabar com todas as formas de desnutrição, inclusive pelo alcance até 2025 das metas acordadas internacionalmente sobre desnutrição crônica e desnutrição em crianças menores de cinco anos de idade, e atender às necessidades nutricionais de meninas adolescentes, mulheres grávidas e lactantes e pessoas idosas.

Com quais indicadores pode-se monitorar o alcance dessa meta pelo município?

- ✓ Percentual de crianças com até 2 anos desnutridas no município por ano
- ✓ Índice de obesidade entre crianças até 5 anos de idade no município por ano
- ✓ Índice de desnutrição de crianças menores de 5 anos
- ✓ Percentual de nascidos vivos com baixo peso



META 3.2

Até 2030, acabar com as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de 5 anos, com todos os países objetivando reduzir a mortalidade neonatal para pelo menos 12 por 1 mil nascidos vivos e a mortalidade de crianças menores de 5 anos para pelo menos 25 por 1 mil nascidos vivos.

Com quais indicadores pode-se monitorar o alcance dessa meta pelo município?

- ✓ Taxa anual de mortalidade neonatal (0 a 27 dias) por 1 mil nascidos vivos
- ✓ Taxa anual de mortalidade infantil de crianças menores de 5 anos por 1 mil nascidos vivos

Com a elaboração de um diagnóstico situacional com indicadores alinhados às principais metas da Agenda 2030, será possível identificar quais áreas estão mais frágeis e precisam, portanto, de programas mais eficientes e com maiores investimentos. Esse mapeamento permite que seja feita uma alocação de recursos de forma mais eficiente, pois o município pode estar investindo muito em áreas que já possuem excelentes indicadores e investindo muito pouco em áreas que estão com péssimos indicadores.



DIAGNÓSTICOS SITUACIONAIS DO PROJETO TERRITORIALIZAÇÃO E ACELERAÇÃO DOS ODS

Neste projeto, que também lançou esta Coletânea, a Petrobras e o PNUD se uniram para promover a territorialização dos ODS em 116 municípios localizados em 14 estados.

Para entender como foram feitos os Diagnósticos de Indicadores Situacionais Municipais ODS desses municípios, acesse: <https://drive.google.com/drive/folders/1BQUSP8Qvriv5fPePHeuqbymMUrJ1PSeA>

PASSO 2

ALINHE OS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO AOS ODS

Incorporar os conceitos de desenvolvimento sustentável e os ODS da Agenda 2030 nos planos de governo, em especial no Plano Plurianual (PPA), bem como na gestão local de forma mais ampla, é a chave para garantir que os municípios consigam avançar na construção de sociedades menos desiguais, sem deixar ninguém para trás.

A partir da elaboração do Diagnóstico Situacional de Indicadores ODS é possível compreender a situação do município com relação à implementação dos ODS, identificar prioridades e, então, construir

um planejamento local com indicadores e metas exequíveis para acelerar o desenvolvimento e enfrentar os gargalos que impedem o município de avançar na implementação da Agenda 2030.

Algumas estratégias e instrumentos podem ajudar nesse processo:

Criação de Grupo de Trabalho para identificação de metas locais dos ODS e ações prioritárias

É muito importante que a prefeitura do município escolha uma secretaria ou setor responsável para, diante do diagnóstico de indicadores, conduzir uma avaliação de necessidades para definição de prioridades e localização dos ODS. Ela vai contribuir para identificar essas necessidades e prioridades, e também lacunas e conexões intersetoriais.

Esta etapa precisa acontecer, preferencialmente, com a participação dos diferentes setores governamentais (todas as secretarias) e atores sociais locais estratégicos. Idealmente, a identificação das prioridades não deve ser feita apenas pelo gestor público e por sua equipe. Quanto mais participativo esse processo de definição das prioridades, maior será o engajamento de todas e todos na implementação das ações, projetos e políticas.

A criação de um grupo de trabalho relacionado aos ODS é uma forma promissora de conectar diferentes entidades e órgãos governamentais e não-governamentais, considerando a abordagem multidisciplinar dos temas dos ODS. Uma dica importante é a promoção de oficinas prévias sobre os ODS para capacitar secretários(as), coordenadores(as) e diretores(as) municipais. Essas atividades de capacitação sobre a Agenda 2030 e os 17 ODS podem também ser feitas com todas/todos as/os servidoras(es) interessadas(os).

ODS como Ferramenta de Planejamento e Gestão



No município de Francisco Morato (SP), a prefeitura convidou um grupo da organização Estratégia ODS para realizar Oficinas de Localização e Monitoramento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável Agenda 2030 aos servidores.

A capacitação teve como principal objetivo apresentar os ODS e alinhar atividades e estratégias para a inserção dos objetivos no dia a dia de trabalho dos colaboradores. Como forma de engajamento, houve, também, a realização de uma atividade prática envolvendo a sistematização dos ODS na planilha de monitoramento do Programa de Governo.

Mais informações em: <https://www.estrategiaods.org.br/francisco-morato-realiza-oficina-com-participacao-da-estrategia-ods/>

Este Grupo de Trabalho ODS fará um trabalho muito importante, que é o estabelecimento de uma relação entre os ODS e as ações do Programa de Governo e dos Planos Setoriais. Por isso, é fundamental fazer o cruzamento desses planos, para, se possível, verificar a quais ODS e a quais Metas ODS cada ação prioritária está relacionada, de forma a identificar os objetivos prioritários e avaliar se as iniciativas propostas realmente contribuem para o município alcançar aquelas metas específicas da Agenda 2030. A partir dessa análise, que contempla também os indicadores locais, será possível planejar o novo PPA ou a revisão de um PPA já em andamento.

Cruzamento dos planos de governo

O cruzamento dos planos de governo, planos setoriais e outros planos estratégicos, tais como: Plano Diretor, Plano Municipal de Educação, Plano Municipal para Infância e Adolescência, Plano Municipal de Saúde, Plano Municipal de Assistência Social, Plano Decenal de Atendimento das Medidas Socioeducativas em Meio Aberto, Plano Municipal do Meio Ambiente, entre outros – permite identificar as propostas e diretrizes comuns. Veja a seguir um exemplo de cruzamento de planos do município de Três Lagoas em temáticas específicas.

Plano de Governo (2017 - 2020)				Plano Três Lagoas Sustentável		Plano Diretor
EIXO	SEC. RESPONSÁVEL	TIPO	PROPOSTAS	DIRETRIZ	AÇÃO	
Agricultura e Pecuária	Sec. Mun. Meio Ambiente e Agronegócio	Programa	Incentivo à produção de hortifrutigranjeiros com o Programa Mecanizada	Sem ações		art. 19 inciso IX Incentivar a produção de hortifrutigranjeiros
		Programa	Incentivo à agricultura familiar para a produção atender 100% das escolas			não há menção no documento
		Programa	Incentivo à criação de assoc. e coop. de pequenos produtores rurais			art. 19 inciso VI Estimular o associativismo e o empreendedorismo
Infraestrutura e Transporte		Projeto	Extensão da Av. Rosário Congro. ocupando o traçado da linha antiga férrea	Sem ações		contraria o art. 41 inciso I (objetivos da Política Municipal de Acessibilidade e Mobilidade Urbana. I - priorizar o transporte individual não motorizado e o transporte coletivo)
		Sem ações		Aperfeiçoamento da gestão municipal de mobilidade	Elaboração do Plano Diretor de Mobilidade	art. 42. Elaboração do Plano de Mobilidade Urbana
					Sistema de administração de mobilidade e transporte	não há menção no documento
		Plano	Organização e hierarquização do sistema viário e do transporte de massa, priorizando o transporte coletivo e integrando à futura ocupação da linha férrea	Promover melhoria de sistema de transporte público	Modernização da frota com atendimento à legislação de acessibilidade Programa de qualificação dos pontos de parada do transporte coletivo Estudos e implantação de incentivos financeiros ao uso de transporte público	art. 41. inciso I (objetivos da Política Municipal de Acessibilidade e Mobilidade Urbana. I - priorizar o transporte individual não motorizado e o transporte coletivo)

Fonte: Instituto Arapyau¹.

¹ Instituto Arapyau. PPA e Programa de Metas participativos: experiências e metodologias para gestores públicos do século 21. São Paulo, 2019. Disponível em: https://arapyau.org.br/wp-content/uploads/2019/05/PUBLICA%C3%87%C3%83O_PPA-e-Programa-de-Metas-Participativas_Sobral-e-Tr%C3%AAs-Lagoas.pdf. Acesso em: 25 junho 2021.

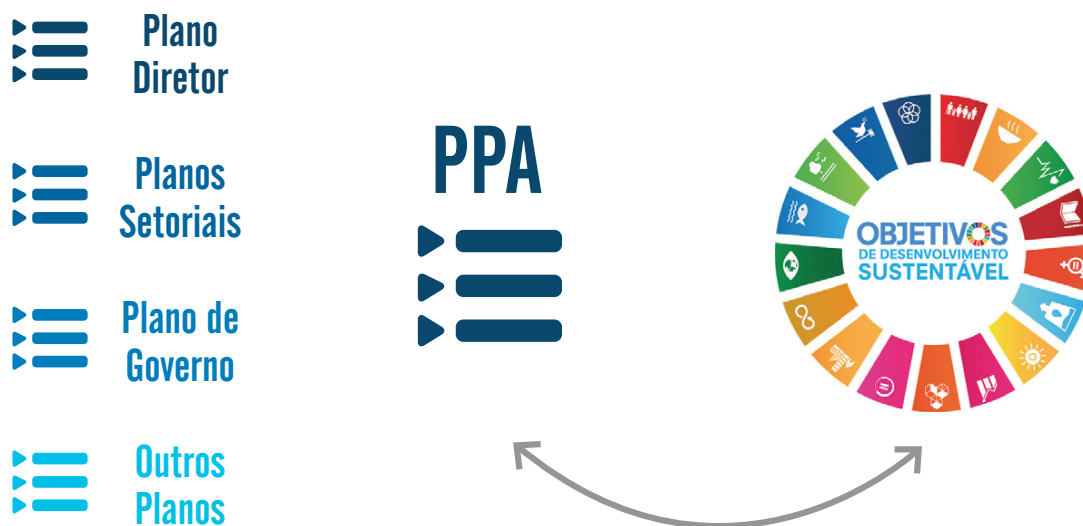
Veja também como o município de Anchieta (ES) realizou o seu cruzamento de planos. Anchieta foi assessorado pelo Projeto Territorialização e Aceleração dos ODS (PNUD/Petrobras).

PANORAMA GERAL

PROGRAMA SOCIOECONÔMICO ANCHIETA CRIATIVA E EMPREENDEDORA			DOCUMENTOS REFERÊNCIAS DAS AÇÕES			
SISTEMAS ESTRUTURANTES	EIXOS ESTRATÉGICOS	10 PROJETOS	Planejamento Estratégico	Programa de Governo	1ª fase PACE	Total
Administração Interna e Governança Organizacional	Governança Participativa e Inovadora	1. Governança e Equilíbrio Fiscal	9	18	2	29
		2. Anchieta mais Fácil	-	6	2	8
		3. Anchieta em Rede	7	5	7	19
Promoção Humana e Desenvolvimento Social	Educação Transformadora e Humanizada	4. Educação Empreendedora e Humanizada	12	13	4	29
	Saúde e Bem-Estar	5. Anchieta mais Saudável	14	21	3	38
	Desenvolvimento Social e Segurança	6. Anchieta Segura e com Bem-Estar Social	11	15	3	29
	Identidade Cultural	7. Anchieta com Identidade Cultural	6	6	4	16
Promoção Empresarial e Desenvolvimento da Economia	Emprego, Renda e Empreendedorismo	8. Anchieta Produtiva e Diversificada	21	36	17	74
		9. Quatro Estações	-	-	11	11
Infraestrutura e Desenvolvimento da Qualidade de Vida Comunitária	Infraestrutura e Sustentabilidade	10. Anchieta mais Sustentável	12	18	7	37
TOTALIZADOR			92	138	60	290

Fonte: Prefeitura de Anchieta (ES).

Este cruzamento traz uma visão ampla e interconectada entre os trabalhos que a gestão municipal planejou, muitas vezes, de forma isolada, sem conversar com outras secretarias e outros setores que até estão fazendo um trabalho parecido. É importante juntar todas as informações, compará-las, para que as prioridades possam ser discutidas por áreas temáticas e, então, seja feito um primeiro exercício de olhar para os 17 ODS e suas 169 metas e identificar quais deles consideram prioritários para o município e onde se encaixa cada uma dessas prioridades encontradas nos planos. Todo esse exercício será a base para a elaboração de um Plano Plurianual alinhado aos ODS.



“Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas (ONU) proporcionaram a Santana de Parnaíba a oportunidade de olhar para suas políticas públicas de forma mais sistêmica e, utilizando uma lente ampliada, traduzir essas metas para as ações e indicadores locais, garantindo uma visão global do seu desenvolvimento.”

“Os ODS são a ferramenta mais abrangente utilizada até hoje para avaliar o estado da cidade como um todo. Apesar de uma quantidade enorme de achados e atuações a comemorar, um mergulho nas metas e indicadores nos deram uma visão clara de que precisamos ter ainda mais abrangência

em nosso olhar e levar em conta os pontos de interconexão entre secretarias, políticas e objetivos.”

“Os ODS tendem a capturar grande parte das agendas políticas e planejamentos estratégicos das cidades. Nesse contexto, os membros do grupo de trabalho selecionaram os Objetivos mais importantes para o município, identificados como prioritários para o desenvolvimento sustentável e também aqueles que se posicionam no horizonte de crescimento da cidade.”

“O grupo de trabalho formado para localizar as políticas públicas da cidade dentro dos ODS escolhidos trabalhou em cima de um framework, e cada equipe se responsabilizou pelo ODS com o qual mais se identificava e que seria documentado até a reunião seguinte e, assim, sucessivamente. Nessas reuniões, o grupo todo repercutia as dúvidas sobre como os indicadores seriam inseridos, se realmente aquele dado era possível e como fazer o processo em cada política discutida, dentre outros temas. Os sistemas locais de monitoramento e avaliação (M&A) garantem que a implementação dos ODS permaneça no caminho certo e apoiam o desenvolvimento da capacidade local para uma governança mais responsiva e responsável.”

Grupo de Trabalho ODS Santana de Parnaíba (Relatório Voluntário Local de Santana de Parnaíba | SP, páginas 6 e 8)

Documento completo disponível em: <https://www.santanadeparnaiba.sp.gov.br/download/Cartilha-ODSatualizado.pdf>

Elaboração do Plano Plurianual

Para garantir a integração dos ODS no planejamento local é fundamental que as estratégias de implementação da Agenda 2030 estejam claras no Plano Plurianual (PPA). O PPA é uma exigência da Constituição Federal (art. 165, parágrafo primeiro) e deve ser elaborado por todos os municípios. É o documento que reflete todas as ações que a Administração Pública Municipal irá executar ao longo do período de quatro anos, abrangendo as ações de todos os órgãos.

O PPA define, preferencialmente a partir de uma etapa preliminar de consulta popular e de acordo com as análises internas do governo, os prognósticos da administração pública municipal, seus valores, diretrizes, objetivos, metas e indicadores, com o propósito de evidenciar a viabilidade das políticas públicas de governo, orientando a definição de suas prioridades, de maneira a auxiliar na promoção do desenvolvimento local sustentável.

Esse instrumento deve proporcionar uma visão abrangente do território e definir estratégias baseadas em uma abordagem integrada e multidimensional para o desenvolvimento inclusivo e sustentável. A definição, a implementação e o monitoramento precisam contar com as principais partes interessadas e/ou impactadas no território.

Lembra do cruzamento de planos? Agora é hora de levantar tudo o que é considerado importante e prioritário nesses planos, analisando as matrizes de alinhamento dessas prioridades aos ODS e suas metas correspondentes e, assim, dar início à construção de um novo PPA. Ele é o instrumento que garantirá a execução dos planos de governo e setoriais, e também o alinhamento com os ODS e suas metas. Mas, vale lembrar, que todos aqueles planos setoriais podem também ser construídos já alinhados aos ODS. Por exemplo, a equipe do Plano de Educação precisa olhar todas as metas previstas no ODS 4 (Educação de Qualidade) e se planejar para implementar ações que visem alcançá-las.



FICA A DICA!

Construir um PPA alinhado à Agenda 2030 e aos ODS ampliará a sua relevância não apenas em âmbito local, como também para outras esferas (estadual, nacional e global), já que os ODS fornecem uma linguagem comum para alcançar um desenvolvimento mais integrado.

Contemplar a territorialização e a integração dos ODS no planejamento local é um convite para substituir a lógica setorial por uma abordagem integrada que, como visto, possibilita a integração de políticas entre níveis e setores de governo, potencializando as ações e otimizando recursos financeiros e humanos.

Por isso, é interessante que os documentos de planejamento construídos pelo município deixem claro como as ações podem contribuir para alcançar os ODS. Isso pode ser realizado de diversas formas. Confira algumas possibilidades:

- ✓ Identifique como as ações do PPA contribuirão para cada Meta ODS correspondente
- ✓ Analise como as ações de uma área contribuirão para ODSs e metas específicas
- ✓ Elabore no PPA uma seção específica para tratar dos ODS que seja mais coerente com a forma de trabalho da gestão

O mais importante, contudo, é que seja elaborado um documento, publicação ou outro material de fácil compreensão que mostre a conexão entre ODS e planejamento municipal. É fundamental que todas e todos, sem exceção, tenham acesso a esse documento e o compreendam: prefeitos, prefeitas, equipes da prefeitura, setor privado, sociedade civil, escolas, universidades, centros de ensino, homens, mulheres, jovens, população rural e urbana, enfim, todos os atores envolvidos com a gestão e o município.

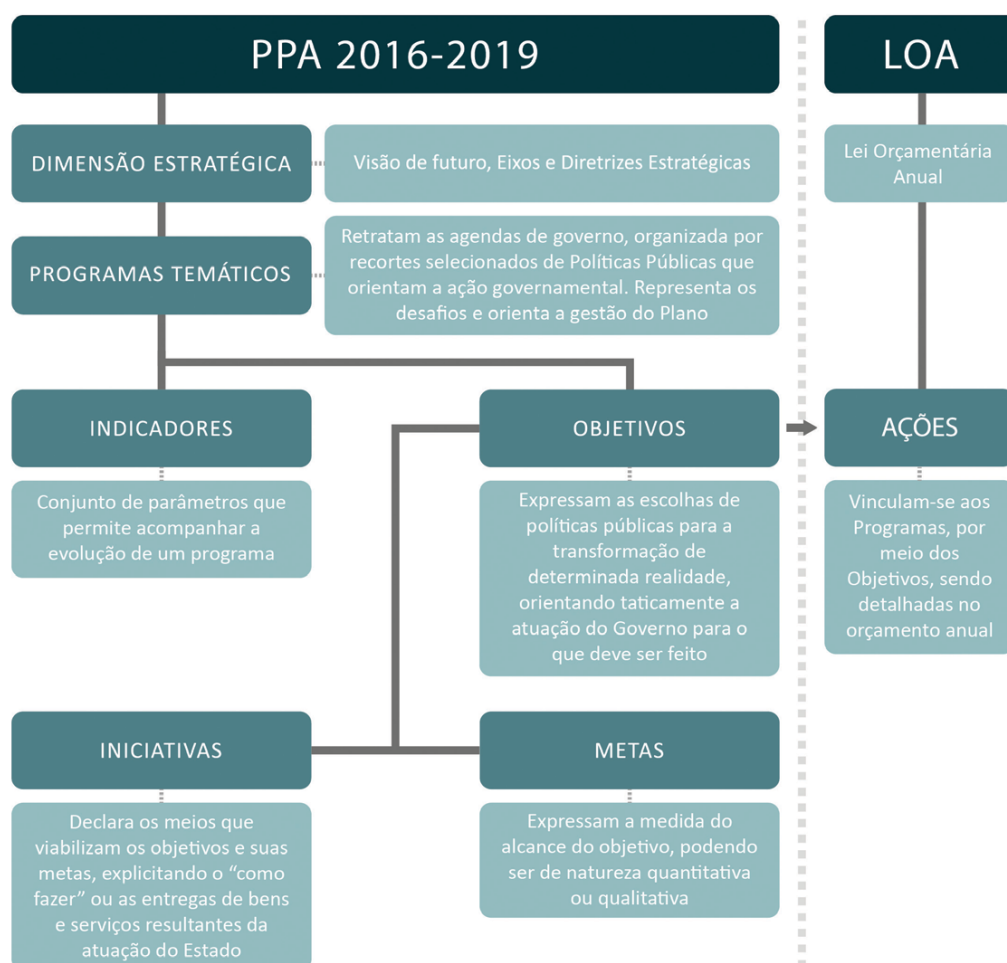
Um modelo interessante de PPA alinhado aos ODS e que traz várias ideias de como construir a estrutura do documento é o Plano Plurianual do Governo Federal 2016 – 2019, também chamado de **PPA Cidadão**. A plataforma online ainda está disponível e mostra todas as interconexões feitas entre cada ODS e os programas que se encaixam em cada um deles nas seguintes áreas: Políticas Sociais, Desenvolvimento Produtivo e Ambiental, Políticas de Infraestrutura e Soberania, Território e Gestão. Veja a seguir a estrutura do PPA Cidadão.



PNUD INDICA!

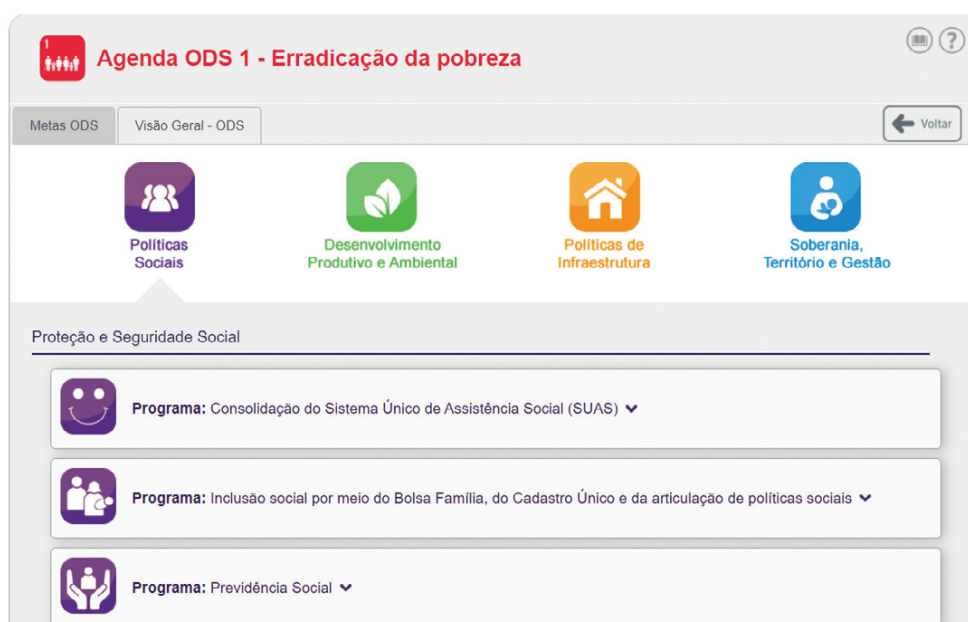
Acesse o PPA Cidadão: <https://ppacidadeao.planejamento.gov.br/sitioPPA/>

Estrutura do PPA 2016-2019 — Governo Federal



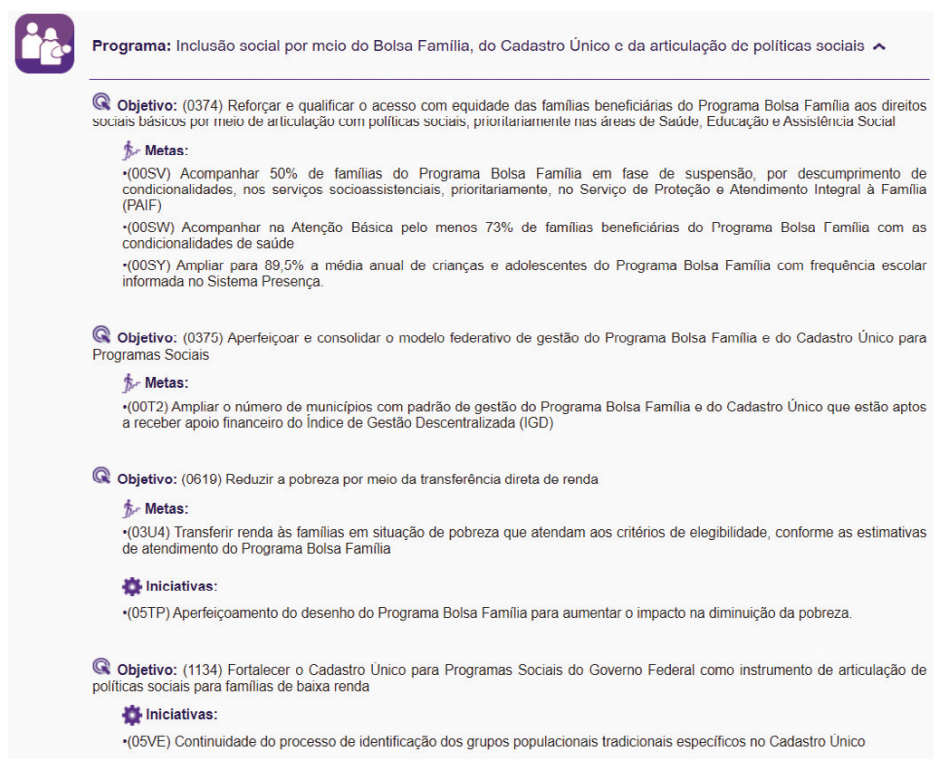
Fonte: <https://ppacidadeao.planejamento.gov.br/sitioPPA/paginas/estrutura-ppa.xhtml>

Programas por ODS



Fonte: <https://ppacidadao.planejamento.gov.br/sitioPPA/paginas/aplicativo-inicio.xhtml>

Ao clicar em um dos programas, abre a tela com os seus objetivos, metas e iniciativas, da forma como consta na imagem abaixo.



Fonte: <https://ppacidadao.planejamento.gov.br/sitioPPA/paginas/agendas-transversais/detalhamento-agenda-ods.xhtml?agenda=291>

Já existem diversos municípios que estão elaborando seus PPAs de forma a contribuir com o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Veja a seguir um pequeno trecho do PPA 2018-2021 do município de **Foz do Iguaçu**, que desenhou suas ações com base em cada ODS.

PPA 2018-2021 - Foz do Iguaçu - PR (pág. 42)

OBJETIVOS				
Objetivo : 0039 - Contribuir para que os assentamentos humanos sejam inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. (ODS 11)				
Unidade Executora : 33.01.FOZHABITA - INSTITUTO DE HABITAÇÃO DE FOZ DO IGUAÇU				
Metas (o que)	Beneficiário	Cód. Indicador	Mudança Índice	
Garantir acesso a uma habitação adequada, segura e a preço acessível, aos serviços básicos, bem como assegurar o melhoramento das favelas.	Famílias de baixa renda	0090	2.180,00	
Reduzir o déficit habitacional do município	Famílias de baixa renda de Foz do Iguaçu	0091	2.180,00	
AÇÕES				
2193 - MANUTENÇÃO DO FOZHABITA				
Tipo Ação : 2	Função : 16	SubFunção : 482	Execução : 1	Unid. Executora : 33.01
Manutenção do gabinete, recursos humanos da unidade com expediente, diárias, estagiários, material de uso e consumo, bens móveis e serviços necessários ao desenvolvimento das atividades da Autarquia.				
Produto da Ação	Unidade de Medida	Ano de Execução	Metas Fisicas	Valor em R\$
Manutenção da Unidade	Unidade	2018	1,00	2.071.000,00
		2019	1,00	2.322.750,00
		2020	1,00	2.531.750,00
		2021	1,00	2.688.500,00
TOTAL DO PROGRAMA:				9.614.000,00

Fonte: https://www.estrategiaods.org.br/wp-content/uploads/2020/10/PR_Foz-do-Igua%C3%A7u-Lei-4.570-2017-PPA-2018-21.pdf

Veja, a seguir, um trecho do PPA 2018-2021 do município de **Rio Branco (AC)**, que foi construído com outro tipo de estrutura mais detalhada em relação aos indicadores e metas.

Plano Plurianual 2018-2021 – Rio Branco – AC (Pág. 3)

PLANO PLURIANUAL 2018/2021									
Eixo Estratégico: Infraestrutura, Mobilidade Urbana e Sustentabilidade									
Programa									
0101 - Mobilidade Urbana									
Objetivo									
Desenvolver ações que possam melhorar a mobilidade, fluidez, segurança e cidadania para os transportes e o trânsito na cidade de Rio Branco									
Público Alvo									
População do município de Rio Branco									
Tipo do Programa									
Finalístico									
Órgão Responsável				Órgãos Participantes:					
Superintendência Municipal de Transportes e Trânsito - RBTRANS				01.017.001.000 - Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SEINFRA					
				01.017.501.000 - Empresa Municipal de Urbanização de Rio Branco - EMURB					
Horizonte Temporal:		Contínuo		Início: 01/01/2018				Fim: 31/12/2021	
Valor Total:		50.042.037,00		Quantidade de Ações: 8					
Valor do Investimento:		26.711.697,00		Valor da Manutenção: 23.330.340,00					
Indicadores do Programa									
Indicador	Unidade de Medida	Descrição	Método de Cálculo	ODS	Fonte	Índice de Referência		Desejado no Final do PPA	
						Índice	Data		
Ciclovias e ciclofaixas exclusivas	Percentual	Percentual total da extensão de ciclovias e ciclofaixas permanentes (km) sobre a extensão total de vias do município (km)	Número total, em quilômetros (km), por tipo de rotas para bicicletas + Extensão total, em quilômetros (km), de vias do município (x100)	11	RBTRANS	74,00	2019	87,00	
Bilhetagem Eletrônica no Sistema de Transporte Público	Percentual	Percentual de passageiros utilizando o sistema de bilhetagem eletrônica em relação ao total de usuários do sistema de transporte público	Número de passagens registradas de bilhetagem eletrônica + Número total de passagens (x100)		RBTRANS	52,00	2017	58,00	
Periodicidade: Anual									

Fonte: https://www.estrategiaods.org.br/wp-content/uploads/2020/10/AC_Rio-Branco-Lei-Complementar-77-2019-Revis%C3%A3o-PPA-2018-21.pdf

É importante ter em vista:

- ✓ Os governos locais e estaduais podem incluir os ODS em todas as suas estruturas. Mas, lembrem-se, a tarefa não é apenas adotar as logomarcas coloridas em documentos e equipamentos do governo, mas, sim, pensar em ações estratégicas de cada área que contribuam com o alcance das Metas ODS cabíveis aos municípios e estados
- ✓ Só é possível territorializar as ações com participação efetiva de todos os atores sociais estratégicos, por isso é preciso ter mecanismos efetivos de participação e de implementação de parcerias que permitam ao município ampliar o alcance de suas ações
- ✓ Sociedade civil organizada, empresariado, academia, poder legislativo, Sistema S são alguns dos atores fundamentais para a territorialização dos ODS. Todos esses setores também podem alinhar os seus projetos e ações, em suas áreas específicas de atuação, para contribuírem com o progresso dos ODS em âmbito local
- ✓ A mobilização social e a construção de planos municipais participativos são muito importantes para mapear os principais problemas e necessidades do município e direcionar ações aceleradoras do desenvolvimento
- ✓ A implementação de políticas multisetoriais contribui para acelerar o desenvolvimento sustentável, pois contribui com o alcance de metas de vários ODS ao mesmo tempo
- ✓ Mecanismos de governança multinível e parcerias com várias partes interessadas e/ou impactadas contribuem para a implementação dos ODS
- ✓ O direcionamento de recursos para áreas prioritárias, prestando atenção às sinergias e aos gargalos e às parcerias estratégicas é uma metodologia eficaz para acelerar o desenvolvimento



SAIBA MAIS!

A **governança multinível** tem sido descrita como o “sistema de tomada de decisão para definir e implementar políticas públicas produzidas por relação colaborativa, quer seja vertical (entre diferentes níveis de governo, incluindo nacional, federal, regional ou local), quer seja horizontal (dentro do mesmo nível, por exemplo, entre os ministérios ou entre os governos locais), ou ambos”.

Fonte: Guia de Localização dos ODS. Stephenson 2013. Twenty years of multi-level governance: Where Does It Come From? What Is It? Where Is It Going? Disponível em: <https://halshs.archives-ouvertes.fr/hal-01024837/document>.



SAIBA MAIS!

Sistema S é o termo utilizado para se referir a nove instituições prestadoras de serviços que são administradas de forma independente por federações e confederações empresariais. São elas: Sesc, Sesi, Senar, Senai, Senac, SESCOOP, Senat, Sest e Sebrae.



COM A PALAVRA!

“Participar do Projeto Territorialização e Aceleração dos ODS (PNUD/Petrobras) foi muito gratificante. Tive oportunidade de aprofundar meu conhecimento sobre a Agenda 2030 para fortalecer o desenvolvimento sustentável no meu município. Aprendi, no curso, técnicas de sensibilização do tecido social; conheci experiências de outros municípios e, principalmente, ampliei minha visão sobre a importância dos nossos planejamentos estarem alinhados às metas dos ODS.

Muitos são os desafios na gestão pública quando se quer implantar um novo olhar e uma nova metodologia de trabalho. Sensibilizar as pessoas para a importância do planejamento, de se trabalhar com metas e indicadores é desafiador. O projeto proporcionou esse conhecimento e nos ajudou a avançar nesse quesito. Os gestores passaram a refletir sobre como as ações de suas secretarias poderiam contribuir para o atingimento das metas previstas na Agenda 2030. Os documentos produzidos pela assessoria do PNUD auxiliaram a gestão na elaboração do seu planejamento estratégico e também servirão de base para a elaboração no PPA 2022-2025.

Acredito que só alcançamos o sucesso do projeto, em Anchieta, porque tivemos um time bem coeso, dedicado e que acreditou na ideia. Foi fundamental institucionalizarmos uma comissão gestora que sensibilizou, pensou, escreveu e executou brilhantemente o plano de trabalho.”

Eliane Gozzer, Gerente Municipal de Desenvolvimento Econômico, na Prefeitura de Anchieta/ES (município participante do Projeto PNUD/Petrobras)

PASSO
3

SENSIBILIZE E DEFENDA A IDEIA JUNTO À POPULAÇÃO

Incentivar a participação da população e das comunidades locais a fim de promover a apropriação da Agenda 2030 e o engajamento na busca pelo alcance dos ODS em nível local. Esse é o principal objetivo das ações de sensibilização.

Mas ela não pode se limitar apenas a comunicar, a dizer o que são e para que existem os ODS. É fundamental que a sensibilização para a importância dos ODS venha acompanhada da criação de mecanismos que permitam a participação cidadã e a responsabilidade institucional de forma efetiva.

Sensibilizar é também empoderar cidadãs e cidadãos para participarem ativamente na concretização dos ODS no dia-a-dia. É papel dos governos municipais e regionais, portanto, criar mecanismos que permitam a participação cidadã e o controle social.



SAIBA MAIS!

O termo **Controle Social** refere-se ao controle exercido por setores organizados da sociedade na formulação, planejamento e execução de políticas públicas, a partir do processo de participação social.



SAIBA MAIS!

A participação social é entendida como “o processo mediante o qual as diversas camadas sociais têm parte na produção, na gestão e no usufruto dos bens de uma sociedade historicamente determinada” (BORDENAVE, 1983). Participar significa ter e tomar parte nas diferentes etapas do processo de desenvolvimento social, econômico, político e cultural de um território.

Fonte: Guia de Comunicação e Mobilização Social em Convivência e Segurança Cidadã (PNUD, 2016). Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/dam/brazil/docs/publicacoes/paz/seguranca-cidada-guia-comunicacao.pdf>.

Um potente instrumento de sensibilização e defesa da Agenda 2030 nos municípios é a linha de base, pontapé inicial para a realização do Diagnóstico Situacional. A partir dela pode ser disparado o processo participativo entre diversos setores e atores sociais locais. Mostrar os indicadores e o seu significado em relação a alguns parâmetros poderá ajudar a definir prioridades de forma coletiva e a fortalecer capacidades de gestão.

É importante também envolver representantes de diferentes áreas de atuação no município: saúde, educação, assistência social, meio ambiente, desenvolvimento urbano, administração e finanças, entre outras. E também engajar não apenas membros do Poder Executivo, como também do Legislativo (vereadores) e do Judiciário. E ainda representantes da sociedade civil organizada (associações de bairro, movimentos sociais, cooperativas etc.), da academia (universidades, centros de ensino e pesquisa, institutos técnicos federais) e do setor privado (representantes de empresas de pequeno, médio e grande porte).



COM A PALAVRA!

“A principal experiência vivenciada no Projeto PNUD/Petrobras tem sido a da possibilidade de fortalecer a participação do Poder Público (Executivo e Legislativo Municipal) junto à Sociedade Civil Organizada e ao Setor Empresarial, para exercermos uma governança com Transparência, União e Simplicidade, dentro dos parâmetros que norteiam os 17 ODS da Agenda 2030.”

Ivoniza de Oliveira (Iza Paz), coordenadora do Projeto Mar Saquá e membro do GT de Ssquarema/RJ (município participante do Projeto PNUD/Petrobras)

Outra estratégia eficiente de sensibilização para a importância de incorporar os ODS nas políticas e projetos locais é a realização de campanhas públicas. Apostar em campanhas diretas, com linguagem objetiva e que abordem questões relevantes para a vida diária da população é um bom caminho.

As campanhas, bem como outras estratégias de comunicação, ajudam a tornar os ODS mais palpáveis. Por isso, é preciso tratar de problemas concretos e que, infelizmente, são bastante conhecidos pela população: pobreza, insegurança, falta de acesso a educação, saúde, água, habitação, entre outros.



FICA A DICA!

As campanhas de sensibilização e comunicação devem ter como objetivo garantir o compromisso das instituições locais e regionais e outras partes interessadas e/ou impactadas na localização da Agenda 2030.

A criação de comissões de comunicação e mobilização social pode ser outra ferramenta estratégica para apoiar a sensibilização e fortalecer a participação cidadã. As comissões são espaços horizontalizados onde participam representantes do governo, agentes de segurança, representantes da sociedade civil organizada, Sistema S, setor empresarial, universidade etc.



PNUD INDICA!

Saiba mais sobre a experiência de criação de comissões de comunicação e mobilização social desenvolvida no âmbito do Programa Conjunto Interagencial da ONU Segurança com Cidadania, no **Guia de comunicação e mobilização social em convivência e segurança cidadã (2016)**.

Outra sugestão de ferramenta de sensibilização e mobilização para associações de governos locais e regionais é a nomeação de promotores locais e regionais que estejam ativamente envolvidos na localização dos ODS. A convocação desses promotores deve ser organizada por associações envolvidas com o tema. Os promotores terão a função de disseminar os ODS e a importância de territorializá-los. Devem também partilhar suas experiências, ideias e perspectivas em suas comunidades, atuando como agentes multiplicadores.



FICA A DICA!

Realize atividades de sensibilização para a importância dos ODS que valorizem o poder da cultura local, como concertos, passeios de bicicleta, uso de carro de som, atividades em feiras livres, eventos com a presença de personalidades locais: artistas, esportistas etc.



COM A PALAVRA!

“É imprescindível que os multiplicadores ODS de cada município estejam em diálogo com multiplicadores de outras cidades, regiões e estados porque durante a construção de projetos alguns obstáculos comuns podem surgir e dividir experiências pode ser um amenizador.”

Daniela Celestino, coordenadora do Projeto Conexão ODS e membro do GT de Campos dos Goytacazes/RJ (município participante do Projeto PNUD/Petrobras).

PASSO 4

CONSTRUA MECANISMOS DE GOVERNANÇA

A implementação da Agenda 2030 não é só um compromisso dos governos, é uma responsabilidade de todas e todos. Por isso, a participação da sociedade tanto na construção quanto no acompanhamento das políticas públicas interfere diretamente na governança local.

Cabe aos governos locais e regionais, portanto, exercer um papel de liderança entre os vários mecanismos das partes interessadas e/ou impactadas, respeitando a independência dos atores não governamentais. Esse papel pode incluir: garantia de uma estrutura mínima, estabelecimento de pautas, proposição de temas específicos, distribuição de materiais relevantes ou até mesmo a concessão de subsídios para determinadas atividades.

Alguns mecanismos também podem apoiar os governos locais na implementação dos ODS por meio de uma governança cooperativa para o estabelecimento de prioridades comuns. Confira alguns deles:

- ✓ **Plataformas de governança multinível:** devem assegurar a coerência entre as prioridades setoriais das instituições governamentais nacionais e dos governos locais e regionais.
- ✓ **Cooperação intermunicipal:** deve ser usada por governos locais para avaliar conjuntamente as suas necessidades, definir as prioridades à luz dos ODS e desenvolver programas e planos no nível regional.
- ✓ **Aprendizagem entre pares e trabalhos em equipe:** podem ser formas eficazes para a melhoria da prestação de serviços e para a mudança de metodologias de trabalho e promoção de aprendizagem baseada na solução de problemas. A aprendizagem entre pares é um mecanismo potente de encorajamento e qualificação do processo de tomada de decisão política e técnica.
- ✓ **Mecanismos multilaterais:** devem envolver várias partes interessadas e/ou impactadas – formais ou informais – e garantir a participação do setor privado, da sociedade civil e da academia. Esses mecanismos devem ser transparentes, horizontalizados e acessíveis a todos os setores da sociedade, de forma equilibrada, para que nenhum grupo domine outro.



FICA A DICA!

Os governos locais e estaduais devem trabalhar conjuntamente para garantir uma abordagem mais integrada e eficiente para o desenvolvimento territorial por meio da cooperação na prestação de serviços, infraestrutura e, quando possível, por meio da partilha de recursos e capacidades.

PASSO
5

MONITORE E AVALIE

Como já visto, territorializar e integrar os ODS ao planejamento local significa adequar as metas globais aos contextos dos territórios, o que pressupõe o desenvolvimento de indicadores locais que possam ajudar a acompanhar o progresso dos objetivos e metas traçadas.

A cada ODS está associado um conjunto de metas e, a elas, um conjunto de indicadores. A partir das estratégias municipais definidas para o desenvolvimento, devem ser estabelecidas metas e indicadores aplicáveis a cada município, que estarão refletidas nos planos de governo.

Mas como acompanhar o desenvolvimento das iniciativas – projetos, programas, planos ou políticas – e atestar sua eficácia? Para isso, precisam ser realizadas ações de monitoramento no decorrer do processo de implementação. Por meio de estratégias e instrumentos adequados, serão geradas informações que vão subsidiar as decisões sobre o futuro da ação; identificar lições aprendidas; orientar a correção de rumos; fortalecer as boas práticas etc.



FICA A DICA!

As ações de monitoramento são fundamentais para que os compromissos sejam alcançados, as etapas sejam realizadas e os investimentos sejam garantidos.

Utilizar indicadores é uma das formas de monitorar a Agenda 2030 localmente e monitorar se as políticas, projetos e programas estão sendo realmente eficientes. Mas é bom lembrar que nem tudo pre-

cisa ser monitorado com números! Cartografias sociais e diagnósticos participativos são exemplos de abordagens qualitativas que podem contribuir com o monitoramento.



FICA A DICA!

É importante que a gestora e o gestor saibam que os indicadores propostos são, em sua maioria, provenientes de **bases de dados nacionais**. No entanto, os dados que alimentam essas bases nacionais são coletados nos próprios municípios. Por isso, as gestoras e os gestores devem estar sempre atentos à qualidade dos processos de coleta de dados e de alimentação dos sistemas.



Leia Mais no **Guia de Elaboração de Diagnósticos Situacionais Municipais de Indicadores ODS**, que integra essa Coletânea.



COM A PALAVRA!

Anchieta, no Espírito Santo, um dos municípios participantes do Projeto Territorialização e Aceleração dos ODS (PNUD/Petrobras), foi referência nas atividades propostas no âmbito do Projeto. O Grupo de Multiplicadores ODS-Anchieta, formado no início do processo, definiu uma coordenação, uma equipe e uma série de estratégias de atuação para garantir a territorialização e a integração dos ODS no planejamento local. Um dos destaques da atuação do município foi a criação da Comissão Interna de Localização dos ODS, institucionalizada a partir de uma articulação entre o Gabinete da Prefeitura, com destaque para a atuação da Gerência Municipal de Desenvolvimento Econômico, e as secretarias municipais. Dessa forma, o planejamento estratégico da gestão 2021-2024 foi feito de forma alinhada aos ODS. Para contar um pouco mais sobre essa experiência, o PNUD entrevistou a Gerente Operacional de Desenvolvimento Rural e Abastecimento da Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento de Anchieta/ES, Simone Battestin, que é mestra em Extensão Rural pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Confira a entrevista!

Como você descreveria a sua experiência no Projeto PNUD/Petrobras?

Anchieta ter sido contemplada pelo Projeto PNUD/Petrobras foi fundamental para que os passos iniciais de localização dos ODS ocorressem. O início foi mais difícil,

principalmente porque logo após o momento da capacitação presencial daqueles que viriam a ser os primeiros mobilizadores locais – quando formamos o Grupo de Multiplicadores ODS-Anchieta – fomos afetados pela pandemia de Covid-19. O distanciamento social prejudicou a sensibilização, a mobilização, a capacitação de forma presencial, mas, por outro lado, possibilitou o exercício de projetos e ações de enfrentamento à pandemia, constituídos de forma emergencial, mas que ajudaram a demonstrar na prática a necessidade e a importância da Administração do município estar alinhada aos princípios dos ODS. Ressalto que foi (é) um privilégio ser contemplado com um projeto do PNUD/Petrobras abrindo horizontes e perspectivas para uma gestão eficiente e comprometida com o desenvolvimento sustentável.

Qual foi o papel do Grupo de Multiplicadores na criação da Comissão Interna de Localização dos ODS em Anchieta?

A existência do Grupo de Multiplicadores ODS-Anchieta possibilitou a interação entre o Projeto PNUD/Petrobras e a Administração, o exercício de estratégias para seu andamento, bem como a base para constituir a Comissão Interna de Localização dos ODS. Constituída por meio de Decreto, a Comissão tem, entre outras atribuições, a de “garantir que as metas da Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis-ODS estejam presentes nos planejamentos de curto, médio e longo prazo, da Prefeitura de Anchieta”. Destaca-se ainda, que sem a visão e a abertura da gestão, por meio do Prefeito, que abraçou a

Agenda 2030, o compromisso dos integrantes do Grupo de Multiplicadores / Comissão de Interna de Localização e a condução do Projeto PNUD/Petrobras, principalmente por meio da metodologia e consultoria disponibilizadas, possivelmente ainda estaríamos alheios a essa fundamental visão de Desenvolvimento Sustentável.

Quais têm sido os principais desafios na implementação dos projetos locais do seu Grupo de Trabalho?

Ter o envolvimento de Secretarias e servidores estratégicos, com compromisso real com a Agenda 2030 e com a visão de desenvolvimento sustentável difundido pela mesma, entendendo que esse compromisso não é para o futuro, mas para agora. Outro desafio que ainda encontramos é o de unificar diversos planejamentos e transversalizar os ODS nesses planejamentos. Para isso, precisamos identificar, saber interpretar e/ou produzir indicadores que mostrem a realidade atual do município e aonde queremos/devemos chegar. Para o município avançar ainda mais, também precisamos superar a cultura do imediatismo e do clientelismo, entendendo que o lema de “não deixar ninguém para trás” não se trata de frase de efeito e que, quando não for possível fazer tudo, que se faça o prioritário para a superação das desigualdades e da pobreza.

Quais foram os principais benefícios que o Projeto PNUD/Petrobras trouxe para o seu município?

É gratificante saber que, apesar das dificuldades internas, Anchieta mais uma vez sai na frente, em relação a maioria

dos municípios da região na discussão dos ODS e que poderá servir de referência, inspiração para outros territórios. Sem dúvida não estaríamos no ponto em que estamos sem a presença do Projeto PNUD/Petrobras. Destaco os cursos, online e presencial, a produção dos materiais (RIA e Avaliação do PPA), a consultoria, que além de muito acessível e conhecedora do tema, propicia a troca de experiências com outras realidades.

Se tivesse que dar uma dica para auxiliar um outro município a replicar a experiência de vocês, o que diria?

Para quem vai começar a discussão, é fundamental mapear quem são os/as atores/atrizes (servidores, secretários etc.) estratégicos para essa fase, que tenham relação direta com o planejamento e execução de políticas públicas, bem como os que têm o papel de fazer a discussão permeiar toda a gestão. Dado esse passo, é primordial envolver atores, atrizes e agentes externos, que não só contribuam com a localização dos ODS nos planos municipais, mas principalmente os acompanhem e avaliem. Constituir aliados e parceiros — locais e mais distantes — é condicionante para a implementação da Agenda 2030 no município. Buscar conhecer e se alinhar com as muitas experiências e redes já constituídas país afora, trocando experiências e somando esforços por essa agenda que é global, mas que, em muito, depende do município para se tornar real.

TOME NOTA

Em linhas gerais, para territorializar e integrar os ODS ao planejamento local, é preciso:

- ✓ Sensibilizar a população sobre a importância dos ODS para o desenvolvimento sustentável local, empoderando cidadãos e cidadãos para que participem ativamente da concretização dos ODS no dia-a-dia.
- ✓ Compreender a situação do município com relação à implementação dos ODS, identificar prioridades e, assim, construir um planejamento local integrado com indicadores e metas exequíveis para acelerar o desenvolvimento.
- ✓ Apresentar de forma compreensível para todas e todos como os ODS se relacionam com o Plano Plurianual (PPA) do município.
- ✓ Definir no planejamento local estratégias baseadas em uma abordagem integrada e multidimensional para o desenvolvimento inclusivo e sustentável.
- ✓ Construir um modelo de gestão integrada para o desenvolvimento de ações de forma multidisciplinar.
- ✓ Estabelecer mecanismos de governança cooperativa que definam prioridades comuns e contemplem os diferentes setores e atores sociais.
- ✓ Utilizar indicadores é uma forma de monitorar a Agenda 2030 localmente, mas os municípios também podem, de forma autônoma, criar outras formas de identificar e monitorar as diversas dimensões propostas pelos 17 ODS.

PARA LEMBRAR NA HORA DE COLOCAR EM PRÁTICA!

Como os territórios podem responder da melhor forma possível aos grandes desafios contemporâneos? Como integrar ações, atores sociais, políticas? Como se apropriar dos ODS e construir cidades, países, mundos mais sustentáveis? E, principalmente, como transformar diferenças culturais em potencialidades para o desenvolvimento integral do território? Essas foram as perguntas que abriram esse Guia. Ao longo da publicação, foram apresentadas algumas respostas a elas.

Mas elas voltam aqui para reforçar o que já foi dito: não há receita pronta, há, sim, alguns caminhos, instrumentos e métodos compartilhados. Continuar a construir respostas é um desafio necessário. Por isso, o mais importante para garantir a implementação dos ODS é que haja compromisso, criatividade, ousadia e disposição para mudanças estruturais e profundas por parte dos governos locais e de todas as pessoas que vivem e constroem cotidianamente cada município.

Territorializar os ODS é, portanto, implementar ações locais voltadas para as diferentes dimensões do desenvolvimento (social, econômico e ambiental), respeitando as peculiaridades e necessidades de cada território. É, fundamentalmente, garantir que os benefícios do desenvolvimento sejam uma realidade para todas as pessoas, especialmente para aquelas mais vulneráveis.

Para que a territorialização e a integração dos ODS sejam incorporadas aos planejamentos municipais é preciso, portanto, que haja um processo de fortalecimento das capacidades locais, de capacitação e articulação dos diferentes atores sociais para que as ações implementadas sejam relevantes para a população, de acordo com

as suas necessidades e aspirações. Territorializar os ODS não é, portanto, uma tradução direta das políticas globais dentro de contextos locais.

O processo de territorialização dos ODS é uma oportunidade para os municípios fortalecerem a descentralização do poder e promoverem novas formas de governança multinível e multidisciplinar integrada para promover agendas de transformação no nível local. A abordagem integrada encoraja a colaboração intersetorial e contribui para equilibrar as dimensões econômica, social e ambiental nos planejamentos locais.

Para que essa abordagem funcione, é preciso construir um modelo de gestão integrada para o desenvolvimento de ações de forma multidisciplinar e estabelecer mecanismos de governança cooperativa que estabeleçam prioridades comuns e contemplem os diferentes setores e atores sociais. E não se esqueça: os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e suas 169 Metas são o seu principal plano de trabalho!

REFERÊNCIAS

CNM. Confederação Nacional de Municípios. *Guia para localização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nos Municípios Brasileiros*. O que os gestores municipais precisam saber. Brasília: 2016. Disponível em: https://www.cnm.org.br/cms/biblioteca/ODS-Objetivos_de_Development_Sustentavel_nos_Municipios_Brasileiros.pdf. Acesso em: 14 junho 2021.

_____. *Guia para Integração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nos Municípios Brasileiros – Gestão 2017-2020* – Brasília, DF: CNM, 2017. Disponível em: https://www.cnm.org.br/cms/biblioteca/Guia_para_Integra%C3%A7%C3%A3o_dos_ODS.2017.pdf. Acesso em: 24 junho 2021.

INSTITUTO ARAPYAUÍ. *PPA e Programa de Metas participativos: experiências e metodologias para gestores públicos do século 21*. São Paulo, 2019. Disponível em: https://arapyau.org.br/wp-content/uploads/2019/05/PUBLICA%C3%87%C3%83O_PPA-e-Programa-de-Metas-Participativas_Sobral-e-Tr%C3%AAs-Lagoas.pdf. Acesso em: 25 junho 2021.

ONU Brasil. *Articulando os Programas de Governo com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: orientações para organizações políticas e a cidadania*. Sistema ONU no Brasil: 2018. Disponível em: https://www.cidadessustentaveis.org.br/arquivos/Publicacoes/articulando_programas_de_governos_com_agenda_2030.pdf. Acesso em: 15 maio 2021.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. *As Perguntas Mais Frequentes sobre os Objetivos de Desenvolvimento*. Brasília, 2016. Disponível em: <file:///C:/Users/Giane/Downloads/undp-br-ods-FAQ.pdf>. Acesso em: 01 julho 2021.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. *Guia de comunicação e mobilização social em convivência e segurança cidadã*. 2 ed. Brasília: PNUD, 2016. Disponível em: [file:///C:/Users/Giane/Downloads/seguranca-cidada-guia-comunicacao%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Giane/Downloads/seguranca-cidada-guia-comunicacao%20(1).pdf). Acesso em: 02 maio 2021.

PREFEITURA DE SANTANA DE PARNAÍBA. *Santana de Parnaíba conectada ao futuro – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Relatório Local Voluntário*. São Paulo: 2019. Disponível em: <https://www.santanadeparnaiba.sp.gov.br/download/Cartilha-ODSATUALIZADO.pdf>. Acesso em: 02 maio 2021.



Coletânea Territorialização dos ODS

SEU MUNICÍPIO AJUDANDO A TRANSFORMAR O MUNDO

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO

Casa das Nações Unidas no Brasil

Complexo Sérgio Vieira de Mello, Módulo I, Prédio Zilda Arns

Setor de Embaixadas Norte, Quadra 802, Conjunto C, Lote 17

CEP: 70800-400 - Brasília - DF - Brasil

Telefone: +55 61 3038-9300

 PNUDBrasil

 PNUDBrasil

 pnud_brasil

 PNUDBrasil